

O Futuro das Unidades Familiares: Uma Análise das Possibilidades de Sucessão Hereditária entre os Agricultores Ecologistas de Ipê/RS

The Future of Family Units: An Analysis of Possible Hereditary Succession among Ecological Farmers of Ipê / RS

OLIVEIRA, Daniela. PGDR, danieloliveira02@yahoo.com.br; SCHNEIDER, Sérgio. UFRGS, schneide@ufrgs.br.

Resumo

Este artigo se insere na discussão sobre a crise de sucessão na agricultura familiar e objetiva analisar a potencialidade de uma prática de desenvolvimento rural, a produção agroecológica no município de Ipê/RS, em gerar ocupações (emprego de mão-de-obra familiar e contratada) e manter jovens (rapazes e moças) no curto e no longo prazo, nas unidades familiares. Através de uma comparação entre famílias ecologistas e famílias não ecologistas foi possível identificar que a inserção na rede de agricultores ecologistas, e a decorrente prática da pluriatividade para-agrícola (em agroindústrias familiares que processam alimentos ecológicos), promoveram mudanças consideráveis nos indicadores analisados, entre os quais o número de jovens vivendo e trabalhando nas unidades produtivas, o futuro desejado pelos jovens e a perspectiva de sucessão hereditária das unidades familiares.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, agroecologia, pluriatividade, reprodução social.

Abstract

This article is located in discussion about the crisis of succession in family farming and objectively analyze the potential of a practice of rural development, agroecological production in the municipality of Ipê/RS, to generate jobs (employment of labor from family and hired) and keep young people (boys and girls) in the short and long term in family units. Through a comparison between ecologists farmers and farmers not environmentalists was possible to identify that the inclusion in the network of farmers environmentalists, and the resulting practice of pluriactivity to-farm (in agribusiness family ecological food processing), promoted considerable change in the indicators examined, among which the number of young people living and working in plants, the future desired by the young and the prospect of hereditary succession of family units.

Keywords: Family farming, agroecology, pluriactivity, social reproduction.

Introdução

Entre as principais características das transformações sociais do mundo rural brasileiro, nas últimas décadas, encontram-se os processos de redução, envelhecimento e masculinização da população rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998). Como causas da redução da população são apontadas, de forma geral, apesar das particularidades de cada uma das regiões do país, fatores de atração das cidades e fatores de expulsão do campo. Como fatores de atração da cidade a bibliografia cita a força de um mercado de trabalho urbano em expansão, principalmente no setor industrial e no setor da construção civil, marcadamente durante o período 1950-1980. Entre os fatores de expulsão do campo destaca-se, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, a redução da necessidade de trabalho humano devido à substituição do fator de produção trabalho por fatores de produção oferecidos pela indústria, entre os quais máquinas, tratores e outros, processo característico daquilo que estamos denominando de paradigma da modernização agrícola.

Na agricultura familiar estes e outros processos têm promovido aquilo que Abramovay et al.

Resumos do VI CBA e II CLAA

(1998) têm chamado de crise de reprodução social. De acordo com os autores, por uma série de motivos, os padrões sucessórios se alteraram e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural hoje oferece não têm garantido a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais. Ou seja, o meio rural está envelhecendo e masculinizando, os agricultores têm baixa escolaridade e dificuldades de produzir renda suficiente e regular, fatores estes que têm gerado fortes obstáculos à permanência dos jovens nas propriedades e às possibilidades destes vislumbrarem o meio rural como um local adequado para o projeto de suas vidas.

Estas e outras características do mundo rural na atualidade têm levado a construção de um conjunto de alternativas práticas por parte das populações rurais que entre outros objetivam a sua permanência e reprodução social. A análise do conjunto destas práticas substancia aquilo que uma série de autores tem denominado como o paradigma do desenvolvimento rural (PLOEG et al., 2004). Neste novo paradigma o desenvolvimento rural passa a ser considerado um processo construído localmente, enraizado na história e na cultura local, e fortemente baseado no retorno à centralidade do trabalho, nas potencialidades dos recursos naturais e no conhecimento acumulado/habilidade das famílias. Para Ploeg et al., (2004), o desenvolvimento rural vem sendo construído através de um repertório diversificado de formas de reação (às conseqüências da modernização agrícola) e de inovação, que vão desde estratégias de economização (agricultura de baixo custo), passam pela produção agroecológica até formas de pluriatividade e de diversificação das fontes de rendas..

Este trabalho se insere nesta discussão e objetiva analisar a potencialidade da prática de agricultura ecológica, no município de Ipê/RS, em promover efeitos sobre a geração de ocupações nas unidades produtivas (emprego de mão-de-obra familiar e contratada) e às possibilidades de permanência de jovens (rapazes e moças), no curto e no longo prazo, nas unidades familiares. Pretende -se analisar se a prática da agricultura ecológica tem gerado impactos sobre a presença e ocupação de jovens (moças e rapazes) e sobre as possibilidades de sucessão hereditária das unidades familiares.

Como hipótese central propõe-se que a inserção na rede alternativa amplia as possibilidades de manutenção dos membros das famílias trabalhando nas unidades familiares, bem como, as possibilidades de os jovens permanecerem nas unidades de produção, e a reprodução social destas. Isto aconteceria por dois processos simultâneos: o primeiro com retorno à centralidade do trabalho, característica presente nas estratégias dos agricultores ecologistas, quais sejam: a produção ecológica, a agroindustrialização e a comercialização direta. O segundo com a revalorização da profissão de agricultor, que estaria acontecendo em função de melhorias nas condições de trabalho e renda familiar.

A fim de dar conta dos nossos objetivos estaremos analisando os seguintes indicadores: (a) o número de pessoas que residem e que trabalham nas unidades produtivas; (b) o número de moças e de rapazes que residem e que trabalham nas unidades produtivas; (c) a idade média dos membros das famílias; (d) as perspectivas de sucessão a partir do depoimento dos filhos e do depoimento dos pais; (e) os projetos profissionais dos filhos; (f) e a forma com que estes vêm a atividade agrícola e o mundo rural.

Metodologia

Nossa realidade de estudo é a prática social da agricultura ecológica no município de Ipê/RS, município que, juntamente com Antônio Prado, se destaca na proposição agroecológica, pelo tempo e pelo número de famílias engajadas nessa atividade. Em Ipê as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 80, quando o Projeto Vacaria, atualmente denominado Centro Ecológico, foi ali implantado. Além disto o caso de Ipê

Resumos do VI CBA e II CLAA

torna-se representativo devido ao nível de incorporação dos princípios agroecológicos no manejo dos agroecossistemas ou, em outras palavras, o estágio em que as unidades produtivas encontram-se no processo de transição agroecológica. Segundo informações do Centro Ecológico, em outubro de 2006 a grande maioria das unidades produtivas do município, que se encontravam inseridas na rede alternativa, não utilizava agrotóxicos, adubos químicos e organismos geneticamente modificados nos seus sistemas produtivos há mais de 10 anos. Nessa mesma data havia cerca de 69 famílias de agricultores ecologistas em Ipê e Antônio Prado, e 180 nos demais municípios da Região Serrana do RS.

Como método foi utilizada a comparação entre ecologistas e não ecologistas a fim de destacar, por um lado, as conseqüências que o engajamento na prática da agricultura ecológica promove nas famílias, e por outro, as continuidades entre ecologistas e não ecologistas. Foram analisadas 15 famílias, sendo 7 ecologistas e 8 não ecologistas. Entre as famílias analisadas, optamos por selecionar famílias com o mesmo perfil demográfico e com pelo menos um filho com idade entre 15 e 29 anos. Esta escolha está baseada no fato de que é nessa época que os jovens, em geral, definem as trajetórias profissionais que seguirão, ou seja, se irão migrar ou se irão permanecer na unidade de produção familiar. Os dados foram coletados através de entrevistas estruturadas (questionário) e semi-estruturadas (roteiro de pesquisa). Para a análise estatística dos dados foi utilizado o software SPSS.

Resultados

Foi possível observar que as famílias ecologistas possuem mais pessoas residindo nas unidades produtivas e que nestas unidades o emprego do trabalho dos membros das famílias e também de pessoas contratadas é superior. Enquanto as famílias ecologistas dispõem, em média, de mais de 4 UTHs, as famílias não ecologistas dispõem de 2,9 UTHs. Enquanto os ecologistas contrataram em 2006 0,4 UHTs, os não ecologistas não contratam mão-de-obra durante aquele ano.

Entre os não ecologistas a maior parte da mão-de-obra familiar é utilizada em atividades agrícolas (72,35%). No grupo dos ecologistas somente 37,2% da mão-de-obra é utilizada em atividades agrícolas. Neste grupo a pluriatividade se destaca na utilização de mão-de-obra (25,87% entre os três tipos), sendo a pluriatividade para-agrícola (atividades não agrícolas diretamente ligadas à produção agrícola, tais como processamento, beneficiamento ou agroindustrialização de produtos agrícolas por famílias de agricultores) o tipo mais comum. Entre os ecologistas analisados todas as famílias praticam este tipo de pluriatividade. Outra observação importante que deve ser feita refere-se à utilização de mão-de-obra na comercialização dos produtos das famílias ecologistas. Enquanto as famílias não ecologistas não utilizaram mais do que 1,14% da mão-de-obra disponível na comercialização, os ecologistas utilizaram 15,49% da mão-de-obra disponível na família em atividades ligadas à comercialização dos produtos.

Sobre idade média dos membros das famílias pode-se ver que não há diferenças estatísticas entre os grupos (40,38 anos entre os ecologistas e 42,42 entre os não ecologistas). Em relação ao número de jovens podemos observar que no grupo dos ecologistas tanto o número de moças, quanto o número de rapazes que vivem e trabalham na propriedade das famílias é superior. Enquanto nas famílias ecologistas residem e trabalham, em média, 1,4 rapazes e 0,7 moças, no grupo dos não ecologistas vivem e trabalham 1,0 rapaz e 0,1 moça.

Quando pais e filhos foram questionados sobre a perspectiva de sucessão hereditária da unidade familiar novamente os ecologistas mostraram vantagens. Neste grupo, em todas as famílias tanto os pais quanto os filhos afirmaram haver herdeiros, ou seja, afirmaram que alguém entre os filhos dará continuidade à unidade produtiva. No grupo dos não ecologistas a situação é diferente, já que neste grupo a maioria dos pais não sabe se algum dos filhos o sucederá, e entre os filhos em

Resumos do VI CBA e II CLAA

três, das oito famílias analisadas, estes não sabem se permanecerão como herdeiros. Analisando-se as razões indicadas pelos jovens para permanecerem ou não na agricultura novamente as diferenças entre os grupos tornam-se evidentes. Enquanto no grupo dos ecologistas, o motivo principal é o fato dos jovens gostarem *da profissão de agricultor e sentirem-se valorizados como agricultores (as)*, entre os não ecologistas dos cinco jovens que pretendem permanecer três manifestaram o desejo de ficar *por que gostam da agricultura*, um *por medo do desemprego na cidade* e outro *por que os pais querem* que ele permaneça. Os demais disseram desejar sair da agricultura e do meio rural. Tratando-se do futuro profissional desejado por moças e rapazes observa-se que entre os ecologistas a pluriatividade para-agrícola é vista como principal projeto profissional dos jovens, neste caso a associação da atividade agrícola de produção ecológica com a agroindustrialização de alimentos. Entre os não ecologistas das 8 famílias analisadas, em três os jovens pretendem ser exclusivamente agricultores, em três os jovens pretendem morar na cidade e em duas ser pluriativos, neste caso na pluriatividade agrícola fora da UP. Pelo que se pode observar entre os ecologistas a recorrência a pluriatividade tem sido decorrente da inserção na rede alternativa. Conforme podemos ver é unânime no grupo dos ecologistas a recorrência a pluriatividade, para-agrícola em agroindústrias das famílias, motivada pela *necessidade de melhorar a renda das famílias e de aproveitamento de produtos ecológicos*. Isto ocorre, segundo os entrevistados, em função de que para as famílias ecologistas as feiras são os principais mercados de alimentos ecológicos *in natura*. Apesar de serem espaços de comercialização de uma grande variedade de produtos, as feiras não têm sido capazes de promover o escoamento de grandes volumes de produção. A comercialização de maiores quantidades é proporcionada na venda no atacado, o que no caso de produtos perecíveis como frutas e hortaliças, exigem a transformação em sucos, doces, polpas etc.

Conclusões

Pode-se dizer que a inserção na agricultura ecológica tem gerado mudanças positivas nas famílias em relação ao número de pessoas que residem e trabalham na agricultura, inclusive do número de jovens. Entre as famílias ecologistas há uma diversificação das atividades realizadas, destacando-se, a mão-de-obra familiar nas atividades de agroindustrialização e de comercialização de produtos ecológicos. Isto indica que a inserção na agroecologia, e a diversificação de atividades dela decorrente têm gerado um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades, inclusive de jovens (novos empregos produtivos no meio rural).

Sobre o futuro profissional desejado pelos jovens vimos que entre os ecologistas a pluriatividade para-agrícola figura como principal desejo, e que esta tem sido promovida e facilitada pela inserção das famílias na agricultura ecológica e nas facilidades que a inserção na rede de produção e comercialização de alimentos ecológicos oferece. Ao final do trabalho pode-se afirmar que a inserção na agricultura ecológica tem gerado impactos positivos na forma com que os jovens vêm e acreditam na profissão de agricultor e isto, associado com as novas oportunidades profissionais, em destaque a pluriatividade para-agrícola, promovida e estimulada pela inserção na agricultura ecológica, vem aumentando as possibilidades de reprodução social das unidades produtivas destas famílias, no curto e no longo prazo, o que nos permite conformar a hipótese de trabalho estabelecida inicialmente.

Referência

ABRAMOVAY, R. et. al. *Juventude e agricultura familiar*. desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:

Resumos do VI CBA e II CLAA

panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

OLIVEIRA, D. *Mercados e reprodução social: Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS*. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLOEG, J.D. van der; et al. On Regimes, Novelities, Niches and Co-Produção. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004.